

Russell P. Shedd



JUSTIÇA SOCIAL

e a interpretação da Bíblia

SUMÁRIO

Prefácio

7

Introdução

9

Razões para o envolvimento cristão
nas questões de justiça social

23

O significado da justiça social na Bíblia

27

A hermenêutica da teologia da libertação

53

Conclusão

75

PREFÁCIO

Na segunda metade do século 20 generalizou-se um forte alarido em favor da humanização da sociedade.

A injustiça social destaca-se como o inimigo principal tanto dos homens como de Deus. Deve ser combatida ferozmente, com todas as armas de que dispomos. Entre as mais poderosas, encontra-se a religião.

Entre os combatentes na arena da justiça social, posicionam-se alguns evangélicos. No início do século 20, perceberam a direção que tomava o “evangelho social” no seio do movimento liberal. A luta contra a secularização do evangelho foi dura e prolongada. Os cristãos conservadores retiraram-se do campo de batalha durante décadas. E, na segunda metade do século, renova-se o interesse pela questão de justiça.

Este ensaio apresenta uma breve análise das posições evangélicas, inclusive a abertura para uma preocupação com a justiça na sociedade.

Todo cristão deve se conscientizar de que a Bíblia não nos permite ser indiferentes à miséria dos que são oprimidos por impiedosos dominadores avaros. Mas o que fazer? Qual seria a medida que Jesus ou Paulo tomariam diante disso? A direção escolhida pelos teólogos da libertação teria fundamento na Bíblia?

Este estudo foi preparado para fazer parte de um livro que a comissão de teologia da World Evangelical Fellowship (WEF) idealizou sobre hermenêutica. Reuniram-se os membros da comissão em novembro de 1982 na Universidade de Cambridge, Inglaterra, para debater intensamente os ensaios e sugerir como poderiam ser melhorados. Em seguida, foram reescritos e editados pelo prof. D. A. Carson. O livro completo, *Biblical Interpretation and the Church: Text and Context* [A interpretação bíblica e a igreja: texto e contexto], foi publicado por The Paternoster Press em 1983 e por Thomas Nelson em 1985.

Agradeço profundamente o estímulo da WEF como também ao conselho dos integrantes da comissão. Dejo externar também minha gratidão aos membros da comissão editorial de Edições Vida Nova pela publicação e divulgação deste estudo em português.

Russell P. Shedd

INTRODUÇÃO

Segundo Karl Barth, a função da teologia evangélica é formular uma pergunta concernente à verdade; em outras palavras, a tarefa do teólogo é inquirir se a igreja está compreendendo e comunicando (com sua palavra e sua vida) corretamente o evangelho.¹ É possível crer na Bíblia de capa a capa e, mesmo assim, deixar de descobrir a verdade fundamental nela contida.² Uma entrega ao Autor e Senhor da Bíblia, que produza transformação de vida, assim como uma submissão contínua ao Espírito Santo regenerador, o intérprete divino da Bíblia, são pré-condições essenciais para que os desafios da Escritura sejam ouvidos e atendidos. Não obstante, devemos precaver-nos do perigo de a cultura obscurecer nosso reconhecimento da vontade de Deus em sua Palavra revelada. A questão da justiça social apresenta exatamente este desafio. Os que se apegaram com maior tenacidade ao plano elevado da

¹*Evangelical Theology: An Introduction*, New York: Eerdmans, 1963 [Edição em português: *Introdução à teologia evangélica*, São Leopoldo: Sinodal, 1981], citado por Noé S. Gonçalves, “Base Bíblica para um Estilo de Vida Simples no Antigo Testamento”, Mogi das Cruzes, Brasil, 1981, p.1.

²John A. MACKAY, *A Preface to Christian Theology*, New York: Macmillan, 1941, p. 67.

inspiração bíblica frequentemente sufocaram as exigências divinas para que o povo de Deus exemplificasse sua profunda preocupação com a justiça. Isto é verdade, embora a justiça seja

[...] uma das noções mais altamente respeitadas em nosso universo espiritual. Todos os homens — cristãos religiosos e incrédulos, tradicionalistas e revolucionários — invocam a justiça e nenhum deles ousa contradizê-la. A busca da justiça inspira as exprobações dos profetas hebreus e as reflexões dos filósofos gregos. Ela é invocada para proteger a ordem estabelecida, assim como para justificar a sua derrubada [...], um valor universal.³

A notável falta de preocupação com a justiça social por parte dos evangélicos deve ser então largamente atribuída ao modo pelo qual eles compreendem a Bíblia.⁴ Crer nela não basta, se não for compreendida. A interpretação bíblica cuidadosa busca em primeiro lugar identificar o “significado literal do texto”,⁵ o *sensus literalis*. Os cristãos, porém, “interpretam o sentido das Escrituras quanto às questões de fé de maneiras muito diversas.

³Chaim PERELMAN, *Justice*, New York: Random House, 1967, p. 3.

⁴Os liberais rejeitam a ideia de que a moralidade e a ética cristãs ocupam-se principalmente da relação entre os homens e Deus. Cf. *Religion in Sociological Perspective*, ed. Charles Y. GLOCK, Belmont: Wadsworth, 1973, p. 175.

⁵V. Gordon D. FEE, *Pulpit Helps*, vol. 7, n. 3, dez. 1981, p. 1.

Os problemas hermenêuticos surgidos ao interpretar a Bíblia como uma autoridade para a fé não se evaporam quando ela é consultada com relação à prática moral [...].⁶ Tanto o significado do texto como a ênfase dada a certas passagens em detrimento de outras nos foram transmitidos pelas nossas tradições evangélicas, que por sua vez moldam nossas convicções com respeito ao que é certo ou errado na teologia e prática. “Idealmente, a arte da interpretação, a hermenêutica, tenta reconstruir o contexto histórico-cultural dos materiais estudados, antes de proceder à sua aplicação.”⁷ Essa é a expectativa e o propósito de toda comunicação. A palavra de Deus não é nova (embora nossas circunstâncias o sejam); continua sendo a mesma palavra original escrita pelos profetas e registrada pelos apóstolos. Ela precisa ser compreendida e aplicada com relevância à complexidade das circunstâncias do indivíduo e do mundo. Quando nosso discernimento cultural e tradicional se opõe aos claros preceitos bíblicos, o problema hermenêutico se agrava.⁸

⁶Edward L. LONG JR., “The Use of the Bible in Christian Ethics”, *Interpretation*, vol. 19, 1965, p. 149, citado em B. C. BIRCH; Larry L. RASMUSSEN, *Bible and Ethics in the Christian Life*, Minneapolis: Augsburg, 1976, p. 54.

⁷Donald E. CURRY, “A Collection of Essays on Community”; *Missiology* 111:3, jul. 1975, p. 369.

⁸Cf. René PADILLA, “Hermeneutics and Culture”, *Down to Earth: Studies in Christianity and Culture*, ed. J. R. W. Stott e R. Coote, Grand Rapids: Eerdmans, 1980, p. 67.

No passado, os evangélicos não eram mais incapazes de perceber os deslizamentos teológicos e os pecados sociais do mundo do que quaisquer outras pessoas sensíveis e observadoras. Afinal, é notória a contribuição dos evangélicos nas gerações anteriores, no sentido de diminuir a injustiça social, ao somar suas vozes a outras forças que se opunham ao trabalho de crianças, à escravidão e ao totalitarismo. Os exemplos positivos de melhoria social, tais como orfanatos, hospitais, asilos, alívio da fome e de numerosos males, materiais e sociais, não cessam até hoje.⁹ Durante as duas últimas décadas, a voz temporariamente silenciosa da preocupação dos evangélicos com a justiça¹⁰ elevou-se novamente em alguns setores,

⁹Cf. Sherwood WIRT, *The Social Conscience of the Evangelical*, New York: Harper & Row, 1968, p. 48ss. V. tb. Emilio Antonio NUNEZ, “La Influencia de Protestantismo en el Desarrollo Histórico de Guatemala”, *Boletín Teológico*, n. 2, maio, 1978, *passim* e Samuel ESCOBAR, “Beyond Liberation Theology: Evangelical Missiology in Latin America”, *International Bulletin of Missionary Research*, vol. 6, n. 3, jul. 1982, p. 110.

¹⁰Os luteranos, os metodistas e os episcopais brasileiros adotaram a teologia da libertação em suas faculdades de teologia. Alguns grupos pentecostais têm ocasionalmente apoiado um candidato político. No entanto, a vasta maioria dos evangélicos brasileiros (e existem milhões deles) apoia um governo de direita ou o processo democrático. Devido à corrupção em larga escala, resta pouca esperança para a justiça imposta pelo governo por meio de legislação [Estes e outros dados citados pelo autor na obra referem-se à época da primeira edição desta obra, ou seja, década de 1980. N. do E.] Nos Estados Unidos, já em 1947, Carl F. H. HENRY chamou a atenção para o “estritamento da mensagem evangélica, limitando-a à transformação do indivíduo, e o conseqüente fracasso em opor-se aos males sociais” na obra *The Uneasy Conscience of Modern Fundamentalism*,

tanto ao norte quanto ao sul da linha do equador. A contribuição oportuna de Ronald Sider, insistindo com os cristãos abonados para que vivessem com mais simplicidade, foi amplamente aceita pelo mundo de fala inglesa. René Padilla, Samuel Escobar, Orlando Costas e colegas menos conhecidos da Fraternidade Teológica Latino-Americana procuraram deixar bem clara sua posição, argumentando que o evangelho incompleto transmitido pelos missionários no Terceiro Mundo produziu igrejas indiferentes à preocupação fundamental do reino de Deus com a justiça. Todavia, a maior parte das igrejas evangélicas mais novas e em crescimento não se convenceu, se é que foram alguma vez desafiadas a considerar os argumentos que favorecem o envolvimento da igreja em questões sociopolíticas ou econômicas em nível estrutural.

A maioria das igrejas evangélicas do Brasil tem cuidadosamente evitado o envolvimento político direto. Também não tomaram uma posição conjunta a favor da oposição ao governo de direita. Elas, porém, apresentam exemplos brilhantes do amor de Cristo aos desvalidos, aos famintos, aos doentes e aos necessitados. Três fatores predominantes explicam parcialmente esse desinteresse na política. Primeiro, havia uma tradicional compreensão antecipada da Bíblia, criada pela amarga controvérsia

Diante da injustiça social, como devem agir o cristão e a igreja?

Por um lado, temos o exemplo dos profetas de Israel, que exigiram profundas mudanças socioeconômicas em favor dos necessitados. Por outro, vemos os leitores do Novo Testamento sendo encorajados a se submeterem às autoridades. Como conciliar essas duas perspectivas aparentemente antagônicas?

Ao responder a essas e outras questões, o dr. Russell Shedd desafia diferentes discursos políticos com o testemunho da Palavra de Deus. Entre as conclusões mais importantes, destaca-se esta: a motivação para tratar com respeito o necessitado não surgirá principalmente da reestruturação da sociedade, mas sobretudo da transformação do coração das pessoas por meio de uma fé genuína em nosso glorioso Senhor Jesus Cristo.

RUSSELL P. SHEDD é doutor em Novo Testamento pela Universidade de Edimburgo, Escócia. Fundador e presidente emérito de Edições Vida Nova. Há várias décadas trabalha como missionário no Brasil. É respeitado no Brasil e exterior como conferencista, falando em congressos, igrejas, seminários e faculdades de teologia. Autor de mais de 20 livros, entre eles *Adoração Bíblica*, *Disciplina na igreja*, *Epístolas da prisão*, *Felicidade segundo Jesus* e *Nos passos de Jesus*, todos publicados por Vida Nova.

